



Encontro da Rede de Estudos Ambientais de Países de Língua Portuguesa – Luanda, 18 a 22 de março de 2013
Sustentabilidade de Assentamentos Humanos e Inclusão Social

A URBE E O MUNDO URBANO NA ÉPOCA DA DESGOVERNANÇA

Luiz Oosterbeek

Instituto Politécnico de Tomar e Instituto Terra e Memória, Portugal

Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas, Paris

loost@ipt.pt

RESUMO

Os debates que se estruturaram a partir de meados da década de 1970 e, de forma mais estruturada, na década seguinte, conduziram primeiro ao modelo TBL, depois ao relatório sobre desenvolvimento sustentável e finalmente à Eco-92 e seus sucedâneos sectoriais. Experiências como a de carajás no Brasil, e os avanços tecnológicos e da consciência ambiental, consentiam então um moderado otimismo. Expressões concretas que fundaram esse otimismo foram a crescente afirmação de estruturas governamentais na área do ambiente (hoje quase todos os governos têm Ministérios e Institutos do Ambiente) e ps avanços, em diversos países, da Agenda 21. Contudo, pesem embora as vontades, as inovações tecnológicas relacionadas com energias menos poluentes e as decisões político-institucionais, o planeta iniciou o novo século não só com indicadores preocupantes em quase todos os domínios, mas também com contradições crescentes na sua eventual superação: aumento das emissões poluentes (cuja diminuição se choca com a crise económica a Norte e a expectativa de crescimento a Sul), envelhecimento (que é encoberto pelo ainda crescimento da demografia, mas que com a relativa exceção de África gera tensões sociais crescentes), concentração urbana (por vezes encarada como mais ambientalmente sustentável, mas que evidencia aprofundados problemas sociais e culturais), migrações forçadas (geradas por conflitos e por alterações ambientais, em particular o acesso cada vez mais difícil a fontes de água potável), aumento do fosso social (pese embora a redução da pobreza a Sul, a riqueza privada experimenta uma nova fase de concentração), financialização do sistema (retomando processos que se registaram no passado com consequências muito nefastas), diminuição da segurança global (ilustrada pelo regresso de piratas ao Índico e resultante de uma incompleta redefinição geoestratégica), degradação da governança global (cuja urgência é cada vez mais sentida), crescente alienação dos cidadãos (apesar da igualmente reforçada participação popular em todos os regimes, democráticos ou não).

Neste contexto de crise, ou seja, de transição entre uma realidade que deixa aceleradamente de o ser e um futuro que ainda se apresenta sobretudo como incógnita, é importante não apenas revisitar os debates em outros momentos análogos mas, também, construir estratégias eficientes para a própria transição.

O falhanço relativo da Eco 92 foi, sobretudo, o falhanço da ilusão de que o comportamento humano se pode determinar essencialmente pela argumentação racional (o que em nada diminui nem a importância desta nem as conquistas dos últimos 20 anos). A maior ilusão foi a transformação de uma reivindicação política sectorial (o ambiente) e em eixo organizador dos debates e políticas públicas. Essa segregação dos três pilares da

sustentabilidade, que aliás contraria a noção de sistema integrado, resultou essencialmente da institucionalização e dos vícios dela decorrente: durante demasiado tempo, apesar de um modelo teórico integrador, a gestão humana das especialidades, favorecida por uma universidade cada vez menos holística, tendeu a entregar a economia a economistas, a sociedade a sociólogos e o ambiente a biólogos, sem cuidar da construção de estruturas de socialização multidisciplinar dos conhecimentos. Ministérios e agências que se construíram graças a um movimento social poderoso herdaram essa cultura de resistência e de desconfiança, e os meios académicos respetivos cresceram disciplinarmente (e orçamentalmente!), resistindo cada vez mais ao questionamento do império das respectivas disciplinas.

A realidade, porém, é sempre integrada, e foi-se impondo pela via do fracasso das estratégias setoriais, uma vez conquistada a etapa da sensibilização e da mobilização cidadã. A elaboração de estratégias eficientes para o mundo atual requer uma clarificação teórica, uma compreensão radical do contexto e o desenho de uma metodologia adequada.

De um ponto de vista teórico, seria simplista atribuir à *praxis* da sustentabilidade e aos seus protagonistas a responsabilidade pela segregação disciplinar. Na verdade, economia, sociedade e ambiente não são realidades, são categorias analíticas, essenciais para entender os detalhes mas impotentes para favorecer uma visão integradora. Um novo paradigma da sustentabilidade deve reconhecer na diversidade cultural (que propicia entendimentos diversos do que são a economia, a sociedade e o ambiente) a dimensão potencialmente integradora. Neste sentido, ao invés de favorecer políticas unicelulares (como em grande medida foi feito nas últimas décadas), a promoção e valorização da diversidade cultural deve ser o instrumento potenciador de flexibilidade, adaptabilidade e, por isso, de sustentabilidade das comunidades. Esta questão é especialmente relevante nos espaços urbanos, por definição resultantes do cruzamento de inúmeras identidades, que se cruzam entre grupos e nas mesmas pessoas, e que quando não se podem exprimir geram ruturas. Um tal paradigma não substitui o tripé da sustentabilidade por uma tetrabase, pois o que faz é reconhecer que é no plano das culturas (expressões sincréticas) que se decidem os processos de articulação entre sociedade, economia e ambiente. A Rio+20, ao colocar a pessoa humana no centro das preocupações, aproxima-se finalmente desta compreensão (ainda que o faça de forma hesitante, que tanto pode ser assumida num paradigma de diversidade cultural, que defendemos, como no antigo paradigma sociológico, neste caso limitando-se a substituir uma dominância ambientalista por uma outra sociologista).

Esta modificação teórica deve ser acompanhada de uma clarificação do contexto. Finalmente a economia (o conjunto de estratégias logísticas e de gestão do conhecimento destinadas a articular necessidades humanas e recursos) ganhou uma dimensão que converge com o sistema ambiental global. Se há cinco séculos o mundo global se afirmava ainda como apenas Mediterrânico (como tão bem destacou F. Braudel), a etapa atual da globalização já não se pode filiar num único pólo, e o que dela emerge é uma malha, pouco coerente e mal organizada, de grandes aglomerações: a malha urbana. O essencial das questões da sustentabilidade será determinado, nas próximas décadas, nesses espaços limitados, apenas porque lá estão a maioria dos humanos. Ao mesmo tempo, as estruturas sociais (dos Estados às famílias) experimentam uma profunda crise, pressionados por fatores dispersivos a que não é alheia a alienação das populações; nesta sociedade de redes, os indivíduos ganham imenso poder, mas sem uma adequada compreensão do contexto têm dificuldade em construir agendas para a transição em direção ao incerto, ou seja, estratégias de médio e longo prazo. As urbes atuais, que alguns descendentes de Le Corbusier ainda gostariam de poder planificar, são corpos em crescimento acelerado, desequilibrado e pleno de contradições. Corpos que resultam por um lado da adequação da

economia ao ambiente e, por outro, do desfasamento entre uma economia cada vez mais global, dinâmicas sociais que são regionais e culturas que são eminentemente locais. E corpos que evoluem, atualmente, num quadro macroeconómico que só se verificou duas vezes nos últimos 150 anos: crescimento económico graças à tecnologia mas a expensas do emprego, gerando exclusão social e ruturas. Nessas duas vezes, iniciadas respetivamente em 1873 e em 1929, o termo usado foi o de “depressão” e os caminhos de saída combinaram a criação e posterior reforço do estado social com maior equidade em meio urbano, criação de empregos, reorganização do sistema monetário e alargamento dos mercados. Mas hoje, em face da escala global da economia, faltam ainda os instrumentos de governança eficiente.

Num cenário como este, importa definir metodologias que, construídas sobre o paradigma teórico, lhe sejam adequadas. O quadro de referência ITM-IBIO de Gestão Integrada do Território começou a ser estruturado em Portugal na década passada, e encontra hoje no Brasil alguns dos seus cenários privilegiados de intervenção. A metodologia apoia-se em quatro pilares (formação, matriz territorial, comunicação, governança) que geram dinâmicas integradoras em escalas crescentemente amplas. As palavras-chave nesta intervenção são diversidade (reconhecida), contradição (estimulada) e dilemas (elucidados). Na comunicação serão apresentados dois contextos urbanos radicalmente distintos, nos quais se intervém com a mesma metodologia: Mação, município “rural” do Médio Tejo (Portugal) e Açú, região fortemente povoada da bacia de Campos no litoral nordeste fluminense, onde se instala o maior empreendimento privado da América Latina (Brasil). Serão discutidos os processos e as tendências, bem como o propósito de desenvolver projetos análogos noutros países.

Finalmente, será apresentado o projeto de Ano Internacional para o Entendimento Global, iniciativa proposta pela União Geográfica Internacional e apoiado pelo Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIPSH), pelo Conselho Internacional de Ciência (ICSU) e pelo Conselho Internacional de Ciências Sociais (ICSS). Esta iniciativa terá especial relevância para as estratégias sustentáveis de desenvolvimento urbano.

ÁREA TEMÁTICA: Desenvolvimento Urbano (para apresentação oral)